

FAMÍLIA E ESCOLA: Parceria fundamental na aprendizagem

Roseli Maria Silva Teixeira¹

Glaciane Moreira Franco Pereira²

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar possíveis fatores externos ao estudante, que poderá influenciar significativamente em sua aprendizagem. Neste estudo foi analisado o meio no qual o aluno está inserido, como um fator agravante em sua aprendizagem, tornando o fator ambiente como influenciador da aprendizagem ou da não aprendizagem. Lares conflituosos, pais divorciados, situação socioeconômica desfavorável, falta de tempo de qualidade dos pais com seus filhos, a falta de parceria entre família e escola, a falta de conhecimento de familiares, profissionais da escola e como também do estudante sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), são fatores mencionados neste artigo. Estudantes que estão inseridos em um ambiente familiar acolhedor bem como os estudantes que não possuem um ambiente acolhedor, como podem ser influenciados pelo meio no qual estão inseridos. Os resultados obtidos pela pesquisa realizada pelo Google Forms, vieram ser congruentes com teóricos mencionados no artigo. Portanto é necessário um olhar diferenciado não somente para os estudantes com necessidades especiais e laudos, mas para todos os alunos de acordo com suas subjetividades, inclusive o aluno inserido em ambientes conflitantes. A ação de autoridades competentes que atentem para a necessidade de um psicólogo dentro das escolas.

Palavras-chave: família. escola. estudante. aprendizagem.

¹ Acadêmica do Curso de Licenciatura em Pedagogia na Faculdade Famart em Itaúna (MG). Endereço eletrônico: roselimariasteixeira@gmail.com

² Mestre em Educação pela Universidade de Itaúna (2010), Pós-graduada em Psicopedagogia pela Universidade Veiga de Almeida (2004) e Graduada em Pedagogia pela Universidade de Itaúna (2002). Participou do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Profissão Docente (GEPPDOC) de 2009 a 2011 (PUC-Minas). De 2009 a 2012, Coordenadora Pedagógica Educação Infantil e Creches Municipais e Conveniadas da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Itaúna (MG) e Coordenadora Pedagógica da Educação Infantil e Pré-escola (2018 a 2020). Docente na Faculdade Famart, dos Curso de Licenciatura em Pedagogia Presencial e EaD e Psicopedagogia EaD. Endereço eletrônico: glaciane.pereira@faculdedefamart.edu.br

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo, promover a análise da importância das instituições, família e escola, como mola propulsora no processo de aprendizagem do estudante. Não se pretende ter respostas e soluções para todos os problemas causadores da não aprendizagem neste artigo, mas explicar possíveis dificuldades de aprendizagens relacionadas ao meio no qual o aluno encontra-se inserido. Este assunto é de extrema importância e de grande complexidade, envolvendo vivências, experiências, culturas, especificidades de cada aluno e variadas constituições familiares.

Tal artigo busca apresentar os possíveis fatores que contribuem para que o estudante tenha um aprendizado satisfatório ou ineficiente, de acordo com seu ambiente, a partir das especificidades e subjetividades trazidas por ele. Sendo a família e a escola, as duas primeiras instituições socializadoras na vida de qualquer ser humano, entende-se que a educação e o ensino são, portanto de responsabilidade de ambas as instituições. Pois se tornam corresponsáveis pelo ensino, pela aprendizagem e pela educação.

Neste viés, a família assume um papel de extrema importância na aprendizagem do estudante, pois, desde o início do seu ingresso na vida escolar, a mesma, está intensamente ligada ao papel da escola. E para que a aprendizagem do estudante seja satisfatória, torna-se necessário a parceria entre a escola e a família, por serem consideradas instituições socializadoras, com o propósito de um relacionamento amigável, respeitoso e de mútua cooperação, no intuito de melhorias e qualificações no desenvolvimento do estudante em toda a sua trajetória escolar.

Visto que a preocupação pedagógica dessas instituições, é a interação e a inclusão a fim de dar ao estudante, uma maior autonomia, buscando soluções para as dificuldades, e não a procura de culpados, onde o discurso na maioria das vezes acontece pela escola culpando a família, ou o inverso, a família culpando a escola e ambas culpando o aluno. A procura deverá ser pautada na investigação e identificação

das possíveis causas para as dificuldades e a busca de ações e estratégias que visem o sucesso do estudante no ambiente escolar.

Estes alunos, necessitam de adultos responsáveis e maduros, que os conduzam no processo de aprendizagem. De acordo com Melo (2012, p.73), “agentes sociais significativos” podem ser desde os pais até os professores. Cada um desses agentes são responsáveis por determinadas tarefas socializadoras.

Partindo de uma experiência de identidade familiar ao convívio com o multiculturalismo e pluralismo de ideias, onde as várias diferenças se fazem presente de diversas formas, tanto sociais, familiares, culturais, étnicas, religiosas, intelectuais e econômicas. Diante de tantos desafios, o estudante precisa, para seu melhor desempenho na aprendizagem, estar inserido em ambientes, onde a afetividade, a proteção e os cuidados se façam presentes.

Nota-se que a família e a escola são responsáveis legais, precisam investir na aprendizagem desse estudante, o que não significa exatamente um investimento financeiro, mas investimentos de auxílio e acompanhamento em seu processo de aprendizagem.

A problematização deste texto vem de encontro as possíveis dificuldades encontradas na família e na escola que desfavorecem a aprendizagem do estudante e como a parceria entre ambas pode ajudar esse aluno.

Assim, a proposta levantada neste texto busca entender se a falta de um ambiente familiar, acolhedor e protetor, que apoie o estudante no processo escolar, com famílias desestruturadas, é um fator de grande relevância no processo da não aprendizagem. Em contrapartida, se os estudantes com família estruturada, acolhedora e protetora, que acompanha o filho em seu processo de aprendizagem, tem obtido bom desempenho na aprendizagem. Estes fatores supracitados têm sido acentuados em tempos de aulas remotas causado pelo vírus da Covid-19, desde o ano de 2020.

A ausência de um dos progenitores ou de ambos, na vida do estudante, quer seja por excesso de trabalho, ausência emocional, falta de participação da vida doméstica e acadêmica, separação e divórcio, tem trazido problemas a nível emocional e intelectual, causando ansiedade, depressão, síndromes, distúrbios comportamentais, sintomas estes que tem uma causa familiar e que afetam profundamente a aprendizagem escolar.

Diante disso, o objetivo deste texto, parte de uma análise entre os estudantes que estão inseridos em um ambiente familiar acolhedor no qual a família participa da sua trajetória escolar e os estudantes que não possuem um ambiente familiar que os acolhem e nem ao menos interage e acompanha o seu desempenho escolar.

Este texto vislumbra os possíveis problemas familiares que possam interferir no aprendizado, as consequências na vida do estudante quando uma das duas instituições família ou escola, não fazem bem o seu papel, os valores agregados ao aprendizado quando família e escola entram em parceria e pôr fim a análise dos possíveis motivos que levam ao impedimento da parceria entre escola e família.

Pretende-se com o tema uma abordagem qualitativa de caráter exploratório com a utilização bibliográfica a luz dos teóricos John Gottman (1997), Melo (2012), que enfatizam a importância do meio ambiente e a estrutura familiar cooperando positiva ou negativamente para a aprendizagem do aluno e a parceria entre família e escola no processo de socializar a criança e o adolescente.

Como também alguns aportes legais e a Bíblia Sagrada, que mesmo séculos antes de muitos teóricos, já enfatizava os princípios eficazes para uma boa aprendizagem e convivência familiar. Este trabalho perpassa por uma pesquisa no modelo virtual, pela plataforma Google Forms com uma pergunta aberta e onze fechadas para profissionais da área da educação, entre professores, pedagogos, diretores e psicólogos.

2. O PAPEL DA FAMÍLIA E OS APORTES LEGAIS

Sabe-se que a família é considerada como a primeira agente socializadora de um indivíduo e que suas atribuições englobam, o cuidar, proteger, alimentar, educar e ensinar, preparando a criança para a vida em sociedade.

Logo na primeira infância, as crianças de zero a seis anos, interagem com duas principais instituições socializadoras, sendo a família e a escola. Pesquisas apontam que muitas crianças a partir dos quatro meses de vida já ingressam em creches tendo sua primeira separação dos vínculos afetivos e familiares.

[...] a Educação Infantil é o início e o fundamento do processo educacional. A entrada na creche ou na pré-escola significa, na maioria das vezes, a primeira separação das crianças dos seus vínculos afetivos familiares para se incorporarem a uma situação de socialização estruturada” (BRASIL, 2017).

Assim, também nas palavras de Melo (2012, p.73), “ao ingressar na escola a criança ampliará seus contatos e será fortemente influenciada pela interação e socialização, com pessoas diferentes de sua família”.

Essas duas instituições, família considerada como instituição primária e escola instituição secundária do ensino e da educação, deverão interagir de acordo com Melo (2012, p. 71), durante o percurso da vida escolar do indivíduo para que este viva bem em sociedade. A família deverá proporcionar um ambiente emocional favorável, acolhedor, apoiando e acompanhando o processo acadêmico sempre que se fizer necessário.

Sabe-se que no contexto familiar a criança adquire suas primeiras experiências educativas e aprende a se harmonizar nos diferentes ambientes, independente das normas que lhe são impostas, através da família, da escola ou qualquer que seja a realidade vivida na sociedade. Já a escola enquanto assume diferentes funções no que se refere à formação acadêmica e social dos sujeitos inseridos no processo de ensino.

Contudo pensar na escola como um espaço físico destinado ao ensino e único lugar onde acontece a educação é um erro, a educação ocorre em tempos e espaços distintos, como bem nos apresenta Libâneo (2001), o campo da educação é bastante amplo, pois abarca as diferentes modalidades da educação: educação formal, informal e a não formal, e essas vão se distinguir pela espontaneidade do ato educativo, sistematização dos conteúdos etc.

Neste intuito, vale considerar que a família está em uma esfera na qual as pessoas podem vivenciar seus costumes, suas trocas, sua religião e aprendendo a importância de respeitar e ser respeitado. E assim, a escola por sua vez deve completar a tarefa da família corroborando para as vivências sociais, norteando o conhecimento acadêmico pautada em seus currículos, formações continuadas e leis governamentais que regem o âmbito educacional em prol de uma educação de qualidade, perpassando também pela afetividade, respeito e comportamentos éticos. Para que assim, esta relação e interação com a diversidade seja respeitosa, saudável e que a passagem desse estudante pelo universo escolar seja sempre positiva.

Sendo a escola um campo amplo do multiculturalismo, onde todas as diferenças estão presentes, tais como, a diversidade cultural, religiosa, social, econômica e étnica, espaço onde o estudante busca aprender desde o seu ingresso, a conviver com o pluralismo de ideias. Deve a escola considerar as diferenças individuais de cada estudante ali ativo, deve também trabalhar sobre a diversidade, a equidade, a inclusão e a exclusão tão latente ainda neste ambiente.

Diante disso, a família precisa ser inserida na comunidade escolar, participando e acompanhando a vida escolar dos filhos, em uma parceria que o prepare para a cidadania e sua qualificação para o trabalho. Conforme é legislado no artigo 205 da Constituição Federal de 1988:

a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desempenho da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1998).

No Estatuto da Criança e do Adolescente, lei 8.069/90, que traz em seu quarto artigo

é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 1990).

E nos apresenta também no artigo 53,

é dever da família, da sociedade e do estado assegurar a criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à educação que visa o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1990)

E por fim, merece destaque a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de número 9394, criada em 20 de dezembro de 1996, que vem reafirmando as leis supracitadas, trazendo no seu segundo artigo que:

a educação, dever da família e do estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1996).

Assim, na sociedade brasileira, ao observar a definição de que a educação, “[...] é um direito de todos e dever do Estado e da Família” (BRASIL, 1988), vê-se que a Carta Magna, ou seja, a Lei Maior procura registrar em seu texto, a garantia de que as instituições ligadas ao Ato Educacional, Poder Público (União, Estado e Municípios) e a Família, que têm a corresponsabilidade social de inserir e cuidar da educação de seus membros.

Recordando os escritos de Gottman (1997), em suas pesquisas sobre as interações entre pais e filhos percebe-se que “as crianças que têm preparo emocional são fisicamente mais saudáveis e apresentam melhor desempenho acadêmico do que as que não tem”. Ele afirma também que, “quando o pai leva em conta os sentimentos dos filhos e tenta ajudá-los a resolver os problemas, os filhos saem melhor na escola e nas relações pessoais”. Por outro lado, o pai emocionalmente distante, aquele que é rude, crítico ou que faz pouco das emoções dos filhos, pode prejudicá-los.

Neste contexto, de encontro as ideias de Gottman, o escritor Melo (2012) assegura que “a geração mais nova aprende sobre comportamentos com a geração mais velha”. Afirmado assim que o comportamento escolar do estudante dependerá muito do ambiente em que se encontra inserido, que as questões econômicas e a bagagem de vivências que o estudante traz para o ambiente escolar, são fatores consideráveis diante do papel socializador que a escola ocupa juntamente com a família.

Em muitos casos a não aprendizagem está relacionada a fatores externos ao estudante, e segundo Melo (2012, p.71), “ao tomar conhecimento desses operadores, o professor pode compreender melhor seus estudantes e suas culturas”, propondo ações pedagógicas de acordo com cada necessidade. Contudo, o ideal é ter um olhar diferenciado para o estudante que não possui diagnóstico ou laudo médico e nem apresenta nenhum tipo de deficiência ou limitações, mas que se encontra inserido em um ambiente familiar conflituoso ou em uma escola que não consegue lidar com as diversidades que o constitui.

3. UMA GERAÇÃO ENSINANDO OUTRA GERAÇÃO

O Apóstolo Paulo (Rom.15:4), afirma que; “Pois tudo quanto outrora foi escrito, para o nosso ensino foi escrito”. Esta frase mencionada nos leva a entender que um ensino deixado através de registros teóricos, por uma geração do tempo passado, serve para o ensino de novas gerações. Assim tem sido ao longo dos anos, onde uma geração aprende com a outra através da observação comportamental, vivências, registros escritos e a própria linguagem, vistas como ferramentas muito utilizadas na área educacional.

Para Melo (2012, p.17) “O processo educativo, portanto é, aprender com os demais, especialmente com os mais velhos justamente, tornando a ação socialmente construída de transmissão dos conhecimentos de uma geração às demais que surgem”. Neste contexto, as crianças são afetadas profundamente para o bem ou mal, dependendo de como essa sociedade, instituição ou adultos que a rodeiam, conduzem seus padrões de convivência. Elas, são, portanto, um resultado do meio

em que vivem e não simplesmente um resultado natural, mas sim um resultado de tudo que ela observa, ouve, participa e até mesmo vivência. Dessa maneira, Vasconcelos (2012, p. 48) apud Rousseau afirma que, “o homem é bom por natureza, mas a sociedade o corrompe”.

Assim, o Currículo Referência do Estado de Minas Gerais (2018), corroborando com a proposta da Base Nacional Comum Curricular (2018) traz uma reflexão a partir da ideia de que “a família é a primeira educadora da criança”.

Entende-se que, é nela que criança inicia suas relações afetivas, encontra o outro, e por meio dela, aprende os modos de existir. Dessa forma, o seu mundo adquire significado e ela começa a constituir-se como sujeito a partir dessa interação familiar.

Ao ser inserida na escola, a criança levará consigo toda a sua experiência vivida até essa idade, pois ela não chega como uma folha em branco, como aparecem em alguns discursos. A escola como agente socializadora acrescentará conhecimentos sobre suas vivências familiares, novas experiências obtidas através do contexto escolar, ampliando também sua oportunidade relacional e favorecendo o seu aprendizado.

4. É DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Uma questão bastante relevante, trata-se dos pais entenderem e terem ciência sobre a vida escolar de seus filhos, participando do que ocorre dentro dos muros da escola, os conteúdos pedagógicos trabalhados, a rotina dentro da escola, desempenho escolar etc. Assegurado no Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1988, no artigo, 129, inciso V, os pais, além da matrícula, têm o dever de acompanhar a frequência e o aproveitamento escolar do filho.

Acredita-se que muitos pais e responsáveis, mesmo não conhecendo essa lei, estão conscientizados dela pelo amor e senso de responsabilidade que nutrem por seus filhos. Enquanto outros, além de não conhecerem a lei, ou mesmo se conhecessem,

alegam não terem tempo para tais preocupações, não demonstram interesse pela escolarização de seus filhos, deixando essa responsabilidade para a escola.

Esta falta de interesse e compromisso dos responsáveis pelo estudante, os desmotiva. Contudo, nos desperta alguns questionamentos. Quais seriam, portanto os motivos que levam um estudante ao déficit de aprendizagem? O que levaria pais ou responsáveis a não demonstração de interesse pela vida escolar de seus filhos? Como a família e a escola podem trabalhar em equipe para a boa aprendizagem do estudante?

Muitos adultos, pais, responsáveis e algumas vezes educadores, por desconhecimento ou até pouca informação sobre a legislação prevista no ECA, desconsideram as responsabilidades e competências do Conselho Tutelar. O Conselho Tutelar tem como papel junto à instituição escolar mediar os conflitos que possam surgir ou estabelecer o diálogo com as famílias.

O Conselho Tutelar não possui capacidade legal de interferência em assuntos internos da Escola. No entanto, tem plena legitimidade para verificar, por exemplo, o aproveitamento escolar de determinada criança ou adolescente, não com o propósito de interferir na Escola, mas para determinar aos pais ou ao responsável as medidas para a correção das insuficiências, inclusive se as causas do aproveitamento inadequado residirem na Escola, com a possibilidade concreta de determinar aos pais ou ao responsável o acompanhamento da frequência e do aproveitamento escolar (artigo 129, inciso V). Na prática, simples orientação aos pais, chamando-os para o exercício de suas obrigações, não raras vezes já contribui positivamente para a reversão da ambiência de exclusão da Escola. (KONZEN, 2010).

Tais legislações, não são ferramentas de punição ou cobranças de infrações, mas direitos e deveres da criança e do adolescente, onde a escola precisa ensinar seus estudantes, quais são os verdadeiros objetivos e funções do Conselho tutelar, a fim de uma proteção e a busca de seus direitos.

Um fator determinante para ampliar o conhecimento desta legislação, tanto pelas famílias, como alunos e profissionais da escola, seria a organização de palestras nas escolas para explanar este assunto, orientando pais, alunos e a equipe escolar,

também projetos apresentando quais são os direitos e deveres embasados na legislação que rege a criança e ao adolescente.

Para que o papel do Conselho Tutelar se efetive de modo mais eficiente, é necessário que haja uma mudança nas concepções que a comunidade sustenta acerca do Conselho Tutelar. Que escola e famílias repensem seus conceitos, ao impor um discurso de medo e chantagem às crianças, visando respeito e obediência em determinadas situações.

As punições físicas exageradas são injustas, e marcam não somente o corpo da criança, mas as emoções, trazendo traumas, lembranças negativas, mau comportamento, tendência a rebeldia, vícios muitas vezes por toda a vida. Muitas dessas vítimas não terão acesso a psicólogos, carregarão a dor, humilhação e o ódio trancado em suas próprias lembranças.

Por conseguinte, se as escolas ensinarem sobre o ECA e o verdadeiro objetivo do Conselho Tutelar, com suas leis protetivas para a criança e os adolescentes, essas crianças saberão que qualquer tipo de abuso não é normal e que elas têm a quem recorrer. Sentirão mais motivadas a pedir ajuda e não se silenciarão em seus próprios medos e inseguranças.

A escola tem condições de observar consequências de maus tratos, pois os estudantes mudam seus comportamentos, apresentam marcas físicas, e algumas vezes contam em suas falas e desenhos situações ocorridas fora da escola.

Desta forma, a escola diante dos direitos e deveres assegurados pelo ECA, tem como dever acionar o Conselho Tutelar de sua cidade. Infelizmente, sabe-se que nem sempre isto acontece, por medo de represálias, perseguições, chantagens físicas e emocionais, no qual a escola prefere calar-se “fazer vistas grossas”, alegando que não é assunto para a instituição, e que o ocorrido está fora dos muros da escola.

Muitas famílias acham que, levando as crianças até o portão da escola e buscando-as após o término do horário de aula basta. Não se importam com o desenvolvimento escolar, não participam de reuniões, não ajudam na devolutiva do para casa, não incentivam no aprendizado. Assim ficam livres de serem acionados pelo Conselho Tutelar, preocupando somente com a frequência.

Muitas vezes, não há uma preocupação com o desenvolvimento cognitivo, comportamental, emocional e escolar enquanto a estadia dessa criança e adolescente na escola, desde que, estejam matriculados e frequentes, para que não percam algum benefício ofertado pelo governo.

Além disso, as famílias e a instituição escolar que se preocupam com a vida dos estudantes dentro e fora dos muros da escola, almejam melhores resultados e sucesso deste estudante, uma vez que o vislumbram em sua formação integral.

Cabe a escola continuar no processo educativo vindo da família, e introduzir a formação acadêmica indispensável para a construção intelectual, maturacional e profissional do indivíduo – integrado com a família, favorecendo e fortalecendo a formação de valores, através da parceria.

A parceria entre a família e a escola é de suma importância para o sucesso no desenvolvimento intelectual, moral e na formação do indivíduo na faixa etária escolar. [...] Afinal, por que até hoje em pleno século XXI a escola reclama da pouca ou insignificante participação da família na escola, na vida escolar de seus filhos? Seria uma confusão de papéis? Onde estaria escondido o ponto central desse dilema que se arrastam anos e anos? (GARCIA, 2006).

Portanto, torna-se necessário que família e escola trabalhem em equipe, onde o diálogo e a parceria entre ambas estejam presentes cotidianamente. A família cuidará do sujeito enquanto parte integrante do seio familiar, como filho, dando suporte à escola que pedagogicamente atuará com o estudante.

Vale ressaltar que o papel da escola não se limita a responsabilidade da família, tampouco a família não delegará as suas responsabilidades para a escola, mas sim,

um apoio constante entre ambas, a fim de um desenvolvimento satisfatório de aprendizagem e pessoal deste estudante.

Neste sentido, considera-se que a escola deve conhecer seu entorno, onde os estudantes estão inseridos, como essas famílias se constituem, quem são, como são a vida destas crianças fora dos muros da escola. Se a criança aprende, por que aprende? Se tem dificuldades no processo de aprendizagem, por que os tem? Quais as necessidades e possibilidades dentro e fora do ambiente escolar que interferem em seu desempenho escolar?

5. INFLUÊNCIA DO AMBIENTE: UM GRANDE DESAFIO

Vários teóricos comprovaram que, o ser humano influencia e é influenciado pelo meio no qual está inserido. E que crianças são imitadoras de modelos, imitando adultos ou crianças maiores. Segundo expõe Piletti *et. al* (2014, p 33), o ambiente tem papel essencial em nossa forma de ser humano. Sendo assim nosso desenvolvimento tem influência positiva ou negativa e é determinado pelas condições que nos cercam, como família, escola e meio social. A interação saudável, com afetividade, respeito, proteção, correção, limites e bons exemplos de moral e ética, são fatores importantes para a formação de uma criança em sua vida escolar. Ambientes conflituosos, de extrema pobreza, regrados de hostilidade e violência podem afetar a vida acadêmica de uma criança.

Existe um ditado popular, “diga me com quem tu andas, que eu direi quem tu és”, como também nos afirma o Apóstolo Paulo, (I Coríntios 15:33) “Não vos enganeis: as más companhias corrompem o bom costume”.

Portanto embasada em teóricos e nos escritos da Bíblia pode-se afirmar que o meio no qual um estudante está inserido, muito interfere em seu comportamento, tornando o fator ambiental como influenciador da aprendizagem ou da não aprendizagem.

Desta forma, outros fatores isolados ou uma sucessão de fatores podem influenciar na aprendizagem de um estudante, como por exemplo o nível socioeconômico, a separação ou divórcio dos pais, abusos, pais ausentes, conflitos no lar, ou até mesmo família e escola que não conseguem entrar em uma parceria. Para Gottman (1997, p. 143), “a saúde emocional da criança é determinada pela qualidade dos relacionamentos que a cercam.”

Sobre o nível socioeconômico dos estudantes, pesquisas revelam que o impacto de uma vida socioeconômica baixa, somada a falta de escolaridade e analfabetismo dos pais, podem afetar a vida dos filhos. A pobreza regrada de escassez, fome e desnutrição, vem atingir não somente o físico da criança, como também o psicológico, o cognitivo, afetando o desenvolvimento e desempenho dela em sua trajetória escolar.

Estudos apontam que a fome prejudica a atenção, concentração e memorização, sendo esses fatores primordiais para que se tenha uma aprendizagem eficaz. Moyses e Collares (1997) explicam que a fome é a necessidade básica de alimento que, quando não satisfeita, diminui a disponibilidade de qualquer ser humano para as atividades cotidianas e para as atividades intelectuais.

Porém, uma vez satisfeita a necessidade de alimentação, cessam todos os seus efeitos negativos, sem quaisquer sequelas. Mostra-se necessário que o estudante esteja bem alimentado, para que sua concentração seja no aprendizado e não na fome que se sente.

Em muitos casos a pobreza agrega também violências domésticas e alcoolismo, estudantes vítimas da fome, do abandono, dos abusos chegam nas escolas com suas mochilas emocionais, não podendo desvincular-se das mesmas quando entram pelos portões da escola, pois essas vivências que carregam fazem parte do seu dia a dia.

A miséria e pobreza, a falta de higiene pessoal, onde muitas vezes precisam optar entre o arroz com feijão e sabonetes, escovas de dente, pasta dental, xampu e outros objetos de higiene pessoal.

Conforme mencionado por Melo (2012, p.128), “vivemos ameaçados pela miséria e fome em muitos países, também pela violência e intolerância, que acaba por se reproduzir na escola.” Como poderão aprender com toda essa situação socioeconômico desfavorável?

Nota-se que estudantes favorecidos economicamente, além de terem necessidades básicas supridas, também têm mais acesso a tecnologias, livros, museus, teatros, viagens ampliando assim seus conhecimentos. Porém, algumas vantagens se destacam no aluno menos favorecido sobre alguns economicamente favorecidos, quando se é amado e vive em um ambiente de paz, onde a única dificuldade é o sócio econômico, estes alunos se tornarão mais resilientes, aprendem a compartilhar e serem menos egoístas.

Mas em contrapartida crianças em situação favorável são mais cobradas, pressionadas a obter boas notas, por causa das altas mensalidades que lhes são investidas em escolas particulares. Os pais costumam também ser mais ausentes, com agendas lotadas não podem comparecer em reuniões de pais ou mesmo em teatro no qual seu filho participará.

Outro fator importante a ser considerado neste artigo trata-se da separação e divórcio dos pais onde os filhos são sempre os mais prejudicados. Malaquias, (2:16) afirma que; “Porque o Senhor, Deus de Israel, diz que odeia o repúdio”. Por que aos olhos de Deus um casal não poderia se separar? A Bíblia orienta o casal a viver em paz, a se relacionarem em um ambiente de perdão e respeito, favorecendo assim o crescimento dos filhos em um ambiente que favorecerá sua aprendizagem, maturidade e desenvolvimento integral, tanto no cognitivo, no emocional, no psicológico e a nível espiritual.

Pensando em uma sociedade como um todo, onde uma geração passaria a outra geração valores familiares consistentes. Ao saberem da separação e divórcio de seus pais, várias crianças começam a questionar.... Com quem vou ficar? Onde vou morar? Pra onde papai ou mamãe irá? Como será nossa vida? Por que eles não querem ficar

juntos? O novo pai ou nova mãe e irmãos me aceitarão? Quem são? Como viverei sem um deles?

Você já passou em sua vida por um momento de incerteza? Já percebeu como sentimentos de medo, pânico, tristeza, insegurança, impossibilidade invadiram seu ser? É assim que eles se sentem. Muitos se sentem culpados por essa separação.

Os novos ajustes de ambientes, as questões financeiras e partilhas de bens materiais que ocorrem após uma separação, a falta de diálogo com a criança para poupá-la, trazem a dúvida, a insegurança, o medo, sentimento de rejeição e abandono e alguns casos de suicídios.

De acordo com Gottman (1997, p.145), divórcios e conflitos conjugais prejudicam o aprendizado e filhos de casamentos desfeitos tendem a envolver-se no início da adolescência em toda sorte de complicações juvenis, entre elas; queda do rendimento escolar, vida sexual precoce, abuso de substâncias químicas e delinquência. Através de suas pesquisas com casais e o acompanhamento desses filhos desde a infância até a adolescência, Gottman (1997) afirma que:

com muitos casamentos terminados em divórcio, crianças tem revelado muitos problemas cujos cientistas sociais têm atribuído à dissolução da família". Estes problemas incluem; fracasso escolar, rejeição por outras crianças, depressão, complicações de saúde, comportamentos antissocial, desvios comportamentais e aumento de violência. (GOTTMAN,1997).

Sabe-se que o filho é uma constituição única, através da união de dois progenitores também únicos, portanto é muito dificultoso para estes a compreensão desta divisão, seria como se esse ser estivesse ele mesmo autodividindo, ou sendo mutilado. Por este motivo os filhos de casais separados se sentem divididos e confusos, pois a separação para eles é vista como uma mutilação e não simplesmente uma separação. A criança é uma constituição única de seus progenitores, trazendo em si mesmo a fusão de tudo que os constitui.

A proposta do texto ao fazer menção das consequências do divórcio, não é de considerar o certo ou errado ou até mesmo, apontar "vilões ou mocinhas" sobre este

assunto, mas assinalar aos pais que optam pelo divórcio, a serem maduros e seguros de tais decisões, que resolvam suas diferenças com responsabilidade e não usem os filhos para manipular ou chantagear.

Uma vez que, mesmo que um dos pais tenha a guarda, o filho continua sendo do outro também, nisso nada mudou. Sabe-se que os filhos são a única coisa que não conseguirão separar ou dividir, após optarem pela dissolução do casamento e de uma família. Neste sentido, mesmo que não haja um divórcio, um ambiente conturbado de desafetos e cheio de brigas, será também prejudicial para uma criança em fase de desenvolvimento.

Por conseguinte, muitas crianças têm sido abusadas em sua infância. Crianças têm sido exploradas de todas as formas. Nota-se que a cultura do não se importar com os sentimentos e emoções das crianças tem perpassado por séculos, chegando a ser perceptível mesmo em pleno século XXI, perpetuando o descaso, abandono, e a imposição do adulto sobre a criança.

Segundo Piletti (2014, p.104),” a criança por séculos foi vista como um ser incapaz, sem voz, sem vez, sem importância, sem particularidades ou especificidades, apenas como um adulto em miniatura”.

E para Ariès (1981, p. 83), nos seus primeiros anos de vida, a criança era vista como um “animalzinho ou coisinha engraçadinha” que divertia os adultos, e se morresse, como era comum na época, logo nasceria outra para substituí-la. Assim, para Carvalho e Schwengber (2014, p. 389) explicam criança é o ser em si, os “sujeitos concretos e integram uma categoria geracional, etária e social”, ou seja, “as crianças passaram a existir desde que reconhecemos a existência do primeiro ser humano na sociedade”.

Neste sentido, a criança é considerada um ser puro, inocente, passivo, imaturo, em formação, que necessita de cuidados e zelos. No entanto, não foi sempre assim,

antigamente não havia diferenciação entre crianças e adultos, as roupas, gestos, afazeres, eram os mesmos e o tratamento.

A criança só passa a ser reconhecida, a partir da crise do capitalismo, em que estes seres em formação poderiam ser moldados e ajustados da melhor forma possível, para atenderem aos interesses dos pais, país, ou melhor, ao futuro da família e da sociedade. Assim, também surge, de acordo com Costa (2011) a visão de que a criança deve ser paparicada e mimada pelos adultos.

Uma grande preocupação apontada neste contexto, são os abusos que normalmente se dividem em agressão física, emocional ou sexual, podendo ocorrer de uma forma isolada ou em conjunto, com frequência acompanhados por alcoolismo, chantagens e pressão, onde um, dois ou todos os membros da família sofrem com um único abusador.

Estes abusos podem trazer sintomas a curto, médio e longo prazo, e consequências no desempenho escolar, medo, frustração, desajustes sexuais, vida sexual precoce, dependência química, quadro depressivo, raiva, ansiedade, descontrole comportamental, gravidez indesejada, abortos e suicídios. As vítimas muitas vezes se calam diante dos abusos, por medo e vergonha, mas sinalizam através do comportamento, principalmente na escola.

Para Melo (2012, p. 147) torna necessário aprender a escutar os estudantes na sua própria linguagem. Neste viés, cabem aos educadores atentar aos comportamentos estranhos, violentos, desânimo, desenhos realizados por eles, choros entre outros sinais, acionando as autoridades competentes. Os escritos do ECA (1996) no artigo 131, sobre a denúncia ressalta que:

a direção escolar deverá denunciar ao Conselho Tutelar casos de maus tratos de acordo com a lei prevista, os dirigentes de estabelecimento de ensino comunicarão ao conselho tutelar os casos de maus tratos envolvendo seus alunos, reintegração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares, elevados níveis de repetência tornando esse papel de proteção à criança e adolescente de responsabilidade familiar. (BRASIL, 1996)

O tempo de qualidade, oferecido as crianças tem sido um grande problema sociocultural, com tantas correrias e atividades da vida adulta, muitos pais não tem tido tempo para seus filhos, muito menos o brincar. O brincar é uma metodologia lúdica que ativa o corpo e o cérebro perpassando pelas emoções, as brincadeiras entre pais e filhos fortalecem os laços emocionais, a autoestima e estes sentem se amados e valorizados.

O brincar faz parte da vida de todos os filhotes, observe qualquer espécie de animal, e você comprovará que a vida de um filhote é regada pelo brincar. Brincando com os progenitores ou irmãos, esses filhotes estão se preparando para a vida adulta. Com o brincar a criança irá desenvolver laços e habilidades tanto para sua fase infantil como para a fase adulta. Uma dádiva doada pelo próprio criador da natureza, uma preparação para a vida adulta e em sociedade.

Na infância as brincadeiras ajudarão na constituição do raciocínio lógico, desenvolvimento da motricidade, concentração, amplia a criatividade, ajuda na resolução de problemas, estimula a imaginação e criação, fortalece a sociabilidade, promove o compartilhar, as trocas, limites, respeito, individualidade e autonomia. Os pais que têm tempo para suas crianças, interagindo com elas através do lúdico, do brincar, auxiliam no fator aprendizagem.

As brincadeiras principalmente na Educação Infantil, são ainda malvistas pelos pais, por falta de conhecimento pedagógico da importância do lúdico, eles alegam que não pagam escolas caras para que seus filhos brinquem, ou que brinquem em casa, pois a escola é o lugar onde se aprende a ler e escrever.

Pois bem, é brincando que a criança aprenderá os conteúdos de matemática, português ou outras matérias de forma que para a criança tenha significado e ela deseje sempre buscar e assimilar os conhecimentos propostos a sua faixa etária escolar.

Conforme Piletti *et. al* (2014, p. 137): Em suma brincando, imitando, fazendo de conta a criança aprende novos papéis e desenvolve-se”. Muitas vezes as crianças não aprendem por motivos cognitivos ou de distúrbios, mas por falta de estímulos. Pais e educadores deverão usar o lúdico e o brincar para atingirem seus objetivos de aprendizagem com as crianças.

Educadores relatam que, crianças que tem tempo de qualidade com seus pais, tem resultados melhores e mais satisfatórios do que crianças que não são apreciadas com qualidade de tempo por seus pais. Neste sentido Gottman (1997, p. 145), afirma que;” pais envolvidos com seus próprios problemas dedicam menos tempo e atenção aos filhos e sem supervisão as crianças acabam procurando “más companhias”.

6. A FAMÍLIA E A ESCOLA: UMA PARCERIA

O aluno é a ponte da relação entre família, escola, professor e o aprendizado. A escola é responsável pelo aluno dentro de seus muros, o professor dentro da sala de aula e a família dentro de seu âmbito social. O professor é a referência que aproxima, o aluno da escola e a escola da família. O aluno precisara de um referencial de autoridade e confiança dentro da escola, para que facilite sua convivência escolar.

A família deverá para a boa aprendizagem de seu filho quanto aluno, monitorar e auxiliar nas tarefas para casa, quanto ao horário da realização das tarefas, local, materiais para a execução das mesmas e dar a devolutiva para a escola, participar das reuniões escolares sempre que for solicitado, mostrando assim sua parcela de responsabilidade e compromisso com a aprendizagem de seu filho. Pais ou responsáveis precisarão fazer uma parceria com a escola, objetivando o aluno que é de interesse de ambas as partes.

É observável através da devolutiva das atividades para casa, como tem sido a responsabilidade da família com a vida acadêmica de seus filhos. Em 2020, as aulas passaram a ser remotas por causa de uma pandemia mundial, um vírus denominado Covid-19. As escolas e demais instituições de ensino fecharam suas portas para aulas

presenciais no dia 18 de março de 2020 e tudo passou a ser realizado dentro de casa, muitas empresas e comércios também trabalharam de forma remota, onde por meses os familiares passaram a conviver no mesmo ambiente 24 horas por dia.

Através de pesquisas, denúncias e telejornais, foi possível observar um aumento significativo de violência doméstica, divórcio e evasão escolar o que prejudicou em muito o aprendizado dos alunos. O aumento de famílias que não fizeram a devolutiva de atividades também aumentou, sendo que antes essas devolutivas já eram importantes para a escola, para a vida acadêmica do aluno, o que se dirá de sua importância com aulas remotas em todo o país.

Durante a pandemia as tarefas feitas em casa, eram os feedbacks que o professor teria para saber sobre o desenvolvimento de seus alunos. As escolas usaram todos os meios de recursos tecnológicos possíveis para alcançarem seus alunos. Mesmo que os alunos não possuíssem esses recursos, poderiam pegar os materiais impressos das atividades na escola.

Neste sentido, mostra-se de fundamental importância que as famílias valorizem e reconheçam os esforços desses profissionais da educação. Pois, infelizmente, algumas famílias nem sequer preocuparam em buscar essas atividades, outras quando buscavam não retornavam com as devolutivas das atividades. Nesta conjectura, percebe-se que as famílias que em tempo presencial exerciam seu papel com responsabilidades, continuaram a usar de responsabilidade em tempos remotos e as que não apoiavam seus filhos em atividades ou trabalhos escolares pioraram neste mesmo tempo.

Tal afirmação se resulta das respostas enviadas pelos profissionais da educação diante da seguinte questão aberta da pesquisa: Como tem sido a devolutiva da família para a escola, de atividades remotas?

Há casos em que os pais ou responsáveis não conseguem executar esse papel, muitas vezes até por questões culturais, por falta de escolarização, pouca capacidade

intelectual para incentivo à escolarização. Assim, cabe a escola não apenas ter um olhar diferenciado para o aluno como também para os próprios pais ou responsáveis.

A escola por sua vez deve exercer seu papel procurando buscar informações sobre seu entorno, dar retorno aos pais, valorizando também as pequenas evoluções. Procurar conhecer o meio no qual este aluno está inserido. Para isso a escola precisara saber: Quem é esta família? Como ela se constitui? Por que não se envolvem? Quais são suas dificuldades? Qual sua real disponibilidade de tempo? Esta família já está dando o seu melhor? Como a escola poderia aproximar-se dessa família?

Deste modo, entende-se que a escola pode muito, mas não pode tudo. Haja vista que a interação entre a família e a escola é primordial. Mas porque algumas famílias não veem até a escola? Algumas ideias a respeito, como por exemplo, por não acharem importante as reuniões, as agendas de trabalho sempre cheias, sem tempo para questões de seus filhos. Reuniões monologas e não participativas. Horários de reuniões inapropriados. Reuniões sem horário programado para término. Aviso de reuniões com pouca antecedência. Falta de espaço digno e confortável para essas reuniões.

A escola não tem sido criativa e atrativa na elaboração dessas reuniões. Falta de preocupação com horário despendido pela família. Os temas de reuniões estão sendo repetitivos, só cobranças. A escola faz apenas reuniões, não possuem projetos relevante com bons palestrantes. A escola não pede a família sugestões de temas desejados para as reuniões e palestras. O meio pelo qual tem sido endereçado esses convites tem sido eficaz? A escola tem analisado junto a sua equipe o resultado das reuniões? Dão um *feedback* para a própria escola e para os pais?

7. ANÁLISE DOS DADOS

Foi realizada uma pesquisa pela plataforma Google Forms, com 31 profissionais de escolas estaduais, municipais e particulares, dentre eles, professores, pedagogos,

diretores, profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE), do Núcleo de Atenção à Criança (NAIC), da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) e psicólogos. A proposta partiu de um questionário composto por onze questões fechadas e uma aberta, com perguntas referente ao meio e fatores externos ao aluno que pudessem influenciar na aprendizagem de forma positiva ou negativa.

A seguir as perguntas, seguidas em ordem quantitativa das respostas: Em tempos de aulas remotas por causa da pandemia Covid-19, você tem visto, ouvido ou presenciado mais casos de violência domésticas com crianças? Com vinte e uma respostas sim e dez respostas não. A escola na qual você trabalha, tem trabalho integrado junto ao conselho tutelar? Com vinte e sete respostas sim e quatro respostas não. Você tem conhecimento de alguma escola que tenha feito junto aos pais e alunos, um projeto sobre o ECA? Com doze respostas sim e dezenove não. A falta de apoio da família na vida escolar de um aluno, pode desmotivá-lo na aquisição da aprendizagem? Trinta respostas sim e apenas uma não. O meio no qual o aluno está inserido pode influenciar o aluno positiva ou negativamente? Vinte e nove respostas sim e duas responderam às vezes.

A separação e divórcio dos pais podem influenciar negativamente no desenvolvimento de aprendizagem de um aluno? Das respostas dezesseis responderam às vezes e quinze responderam sim. Alunos inseridos em lares conflituosos, tendem a ter mais dificuldades de aprendizagem do que alunos que estão inseridos em um ambiente acolhedor? Vinte e sete respostas sim e quatro responderam às vezes.

A parceria entre família e escola, por terem um objetivo em comum, que é o filho quanto aluno, pode agregar mais motivação na aprendizagem, fazendo com que este se saia melhor em sua vida acadêmica? Todas as respostas foram sim. Em sua opinião, a situação socioeconômica desfavorável, a desnutrição ou a fome podem interferir na atenção e concentração de um aluno? Trinta respostas sim e apenas uma às vezes.

Diante das respostas citadas acima, conclui-se que o meio e os fatores externos ao aluno influenciam significativamente em seu aprendizado. Como ressaltado, o divórcio e a separação dos pais em algumas situações podem afetar o aluno em sua vida escolar, e a situação socioeconômica desfavorável e a falta de parceria entre a família e a escola.

Por fim, mostra-se de extrema importância, um trabalho nas instituições escolares a fim de trazer para a rotina, as funções e ações do Conselho Tutelar, a sua parceria com a escola e com as famílias, as responsabilidades das famílias e também um debate para que tantos os alunos, os familiares e a equipe escolar, conheçam o Estatuto da Criança e do Adolescente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos alunos por estarem inseridos em ambientes familiares conflituosos, de violência, abusos variados, separação ou divórcios, situação socioeconômica desfavorável ou responsáveis que não lhes dão valor e tempo com qualidade, estão demonstrando dificuldades com a aprendizagem. Família e Escola, que não conseguem ser parceiras têm contribuído de uma forma que desfavoreça a aprendizagem eficaz.

Os educadores deverão ter um olhar diferenciado não somente para os alunos com necessidades especiais ou com dificuldades de aprendizagem diagnosticadas, mas para cada aluno diante de sua subjetividade, especificidades e o meio no qual está inserido. Um olhar diferenciado também para pais ou responsáveis com baixa escolaridade. Não fazer vistas grossas diante de crianças que são abusadas e violentadas.

Sabemos que cada aluno tem uma forma de aprender e o seu tempo, mas é preciso que se faça uma investigação porque esse aluno tem tido dificuldades na aprendizagem, porque tem se demonstrado desmotivado, como é o seu contexto familiar, levando em conta os aspectos socioeconômicos, sua saúde e seu estado

emocional e o meio no qual se encontra inserido. A Escola deverá trabalhar para trazer essa família pra junto de si, e as famílias assumirem seus deveres para com os filhos quanto alunos.

Que as autoridades competentes atentem para a necessidade de um psicólogo na escola. Assim como existe o AEE, para alunos com necessidades especiais, torna necessário um psicólogo para ajudar alunos inseridos em ambientes conflituosos.

Contudo, urge a necessidade de projetos, práticas e ações pedagógicas a fim de trazer para dentro do ambiente escolar as funções do Conselho Tutelar, os direitos e deveres das crianças e adolescentes, os deveres e responsabilidades das famílias e um estudo sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família**. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BÍBLIA. **Velho Testamento e Novo Testamento**. Traduzida para o Português por João Ferreira de Almeida. Revista e Atualizada no Brasil. 2ª ed. Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2008. 1664 p. Velho Testamento e Novo Testamento.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1998.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996. São Paulo: Saraiva, 1996.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente** 8069/90. Brasília. MEC.1990.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Ministério da Educação. Brasília, 2018.

CARVALHO, R. S.; SCHWENGBER, M. S. V. **Infâncias e Crianças na Contemporaneidade**. Dicionário Crítico de Educação Física, 3ed. Ijuí: Editora Un Ijuí, 4, v.1, p. 389-393, 2014.

COUTINHO, K. D. **O aluno da Educação Infantil e dos Anos Iniciais**. Curitiba: Inteligência Educacional e Sistemas de Ensino - IESDE Brasil, 2007.

GARCIA, E. G.; Veiga, E.C. **Psicopedagogia e a teoria modular da mente**. São José dos Campos: Pulso. 2026

GOTTMAN, J. *et al*/ CLAIRE, J. **Inteligência Emocional e a arte de Educar nossos Filhos**. 30.ed. Rio de Janeiro: Objetiva Ltda, 1997.

KONZEN, A. A. **Conselho Tutelar, Escola e Família**. Parcerias em Defesa do Direito à Educação, 2010.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; THOSCHI, M. S. **Educação Escolar: Políticas, Estrutura e Organização**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MELO, A. **Fundamentos Socioculturais da Educação**. 1ª Ed. Curitiba: Inter Saberes,2012.

OLIVEIRA, Z.M.R. **Educação Infantil muitos olhares**. 9.ed. São Paulo: Cortez,2010.

PILETTI, N.; ROSSATO, S. M. **Psicologia da Aprendizagem: da teoria do condicionamento ao construtivismo**. São Paulo: Contexto, 2011.

PILETTI, N.; ROSSATO, S. M.; ROSSATO, G. **Psicologia do Desenvolvimento**. São Paulo: Contexto, 2014. 1 recurso online. ISBN 9788572448581.

VASCONCELOS, J. A. **Fundamentos Filosóficos da Educação**. 1ª Ed. Curitiba: Inter Saberes, 2012.